



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

169

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 317362-2

COMARCA: Recife - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Paulo de Souza Oliveira

AGRAVADO: Jaime Ferraz da Mota

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. LOCAÇÃO. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. PRELIMINAR QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO. CITAÇÃO POR HORA CERTA.

A citação por hora certa do locatário restou perfeita, pois o oficial de justiça esteve no endereço do réu por várias vezes, tendo deixado aviso e, posteriormente, foi realizada a citação, cumprindo com o que determina os artigos 227, 228 e 229, do código de processo civil.

Agravo Improvido. Decisão mantida.

ACÓRDÃO:

Vistos, discutidos e votados estes autos do Agravo de Instrumento, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do TJPE, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, tudo conforme teor do voto do Relator e notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 28 de

Mais de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 317362-2

COMARCA: Recife - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Paulo de Souza Oliveira

AGRAVADO: Jaime Ferraz da Mota

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Paulo de Souza Oliveira contra decisão interlocutória (fls.21/22 -tjpe) proferida nos autos da Ação de Despejo nº 0049783-27.2011.8.17.0001, tendo como Autor Jaime Ferraz da Mota, em que o MM juiz da 5ª Vara Cível reconheceu como citado o Réu, após certidão do Oficial de Justiça confirmando a realização da Citação por Hora Certa.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- Em seus fundamentos, a parte Agravante defende, preliminarmente, o cerceamento de defesa e a ausência do contraditório. No mérito, continua defendendo a ilegalidade da citação feita por hora certa, por falta de prescrições legais.
- Assim, pugna liminarmente pelo efeito suspensivo no sentido de suspender a decisão de despejo deferida pelo Juízo *a quo* e, no mérito, pugna pelo provimento do recurso para que torne sem efeito a decisão que julgou o Agravante como revel.

mc (VIII)



108
4

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

DECISÃO AGRAVADA:

" Perlustrando os autos, verifico que a parte demandada insurgiu-se, através da petição de fl. 96/99, contra a certidão de fl. 95, exarada pelo meirinho, através da qual foi a referida parte notificada por hora certa para desocupação voluntária no prazo de 15 dias. Assim, alega a parte que o cumprimento do mandado de notificação não observou as prescrições legais, razão pela qual pugna pela nulidade do referido ato.

Ora, quanto à alegação de que somente com a suspeita de ocultação que poderia o Oficial proceder com a notificação por hora certa, tendo por bem que a referida ocultação já se encontra mais do que provada nos autos, bastando relembrar as anteriores tentativas de citação/intimação.

Ademais, o Oficial de Justiça detém fé pública no exercício do seu mister, de modo que as declarações expostas gozam de presunção juris tantum, sendo, desse modo, idôneas, até prova em contrário.

PRELIMINAR. NULIDADE DA CITAÇÃO. NÃO CABIMENTO. CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA. FÉ PÚBLICA. PRELIMINAR AFASTADA. As declarações lançadas por Oficial de Justiça, no exercício do cargo, gozam de fé pública e destarte, salvo prova idônea em contrário, são tidas como verdadeira e a citação por válida. A necessidade de testemunhas diz respeito apenas às hipóteses de intimação - CPC, art. 239, par. Único, III - e não aos casos de citação - CPC, art. 226, III (ST), Resp. 10.141, rel. Min. Athos Carneiro, DJU de 5-8-1991). (grifos nossos).

E por fim, é inegável que o ato atingiu plenamente a sua finalidade, isto é, a efetiva notificação da parte ré, que, apesar de ter tido inegável ciência do mandado de desocupação, permanece demonstrando resistência em desocupar o imóvel objeto desta lide.

mc (VIII)

2



165
p.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Intimação. É válida, se, embora criticável o modo de sua realização, o ato alcançou a sua finalidade" (STJ-3ª T., Ag 20.557-0-RJ-AgRg, rel. Min. Nilson Naves, j. 30.6.92, DJU 10.8.92, p. 11.950)

Ademais, uma vez que ato atingiu a sua finalidade, não houve qualquer prejuízo à parte ré, de modo que a máxima pas de nullité sans grief desautoriza que seja decretada a nulidade do ato de notificação, posto que ausente o prejuízo.

Por fim, determino que esta Secretaria: a) cumpra o que determina o art. 229 do CPC; b) apense nos presentes os autos do processo nº 0185270-32.2012.8.17.0001 e c) verifique se a sentença nele proferida já foi devidamente publicada.

Publique-se. Após decurso de prazo para interposição do recurso cabível à espécie, expeça-se o competente mandado de despejo."

PEDIDO LIMINAR:

- Em fl.134/135 o pedido liminar fora indeferido.

CONTRARRAZÕES:

- Apesar de devidamente intimado, o Agravado manteve-se inerte, conforme certidão de fl. 188.

É o Relatório. Peço Pauta.

Recife, 16 de

Mais de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

170

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 317362-2

COMARCA: Recife - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Paulo de Souza Oliveira

AGRAVADO: Jaime Ferraz da Mota

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

A parte Agravante defende, em preliminar, a ocorrência de cerceamento de defesa e ausência de contraditório no processo.

Primeiramente, esclareço que o mérito do presente Recurso limita-se a discutir a validade da citação feita por hora certa e aceita pelo juiz na decisão vergastada, assim, a defesa levantada preliminarmente confunde-se com o próprio mérito do recurso.

Pois bem!

Cumprе ressaltar que a citação, por se tratar de ato imprescindível à efetiva formação da relação processual, possui como regra ser pessoal, razão pela qual a citação por hora certa configura excepcionalidade.

Nos termos do art. 227, do Código de Processo Civil, a citação com hora certa é cabível quando a diligência do oficial de justiça frustra-se por três vezes e houver suspeita de ocultação do citando para impedir a realização do ato.

mc (VIII)

4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

In casu, a citação por hora certa do locatário restou perfeita, pois ficou demonstrado que o Oficial de Justiça diligenciou várias vezes no endereço do réu deixando inclusive avisado que voltaria no dia posterior, em horário predeterminado. Assim, fora realizada a citação, cumprindo com o que determina os artigos 227, 228 e 229 do Código de Processo Civil.

Por essas razões, tenho que ficou caracterizada a tentativa do réu de se ocultar da citação. Ainda, o ato atingiu sua finalidade, não havendo qualquer prejuízo à parte Agravante, não se devendo decretar a nulidade de um ato que não ocasionou qualquer prejuízo à parte.

Face ao exposto, conheço, mas nego provimento ao presente Agravo de Instrumento, mantendo-se incólume a decisão recorrida.

É como voto.

Recife, 28 de Maio de 2014

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator